



CÂMARA MUNICIPAL DE

**MADALENA**

CONSTRUINDO O FUTURO COM AUTONOMIA E RESPONSABILIDADE

**PARECER Nº 044/2025.**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**Projeto de Lei nº 047 de 17 de Novembro de 2025**

**AUTOR:** Francisco Wilame Barbosa de Sousa

**PARECER:** Favorável, COM (x)/ SEM ( ) apresentação de emendas

**ASSUNTO:** “Estabelece a modalidade de Planejamento Domiciliar Docente do Magistério da Rede Pública Municipal de Ensino de Madalena.”

**EMENTA:** Projeto de lei municipal. Educação básica. Atividades extraclasse de professores da rede pública. Planejamento domiciliar docente. Competência legislativa municipal. Constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa. Adequação à CF/88 (arts. 18, 30, VI e 206), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e à Lei Federal nº 11.738/2008. Constitucionalidade formal e material reconhecida. Correções redacionais e de técnica legislativa recomendadas. Parecer favorável com ressalvas.

**RELATÓRIO**

Trata-se da análise do **Projeto de Lei nº 047/2025**, de iniciativa do Vereador Francisco Wilame de Barbosa de Sousa, que institui o **Planejamento Domiciliar Docente (PDD)**, modalidade de realização de atividades pedagógicas extraclasse em ambiente domiciliar, no âmbito da **Rede Pública Municipal de Ensino de Madalena**.

O texto dispõe sobre o tempo dedicado às atividades extraclasse, em conformidade com o art. 2º, §4º, da Lei Federal nº 11.738/2008, e prevê que parte desse tempo poderá ser cumprida em casa, mediante regulamentação da Secretaria Municipal de Educação.

Compete a esta Comissão emitir parecer quanto aos aspectos de **constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa**.

**ANÁLISE JURÍDICA**

**1. Constitucionalidade**

**1.1. Competência legislativa e iniciativa**



(88) 9 82280244



camaramadalenace@gmail.com



www.camaramadalena.ce.gov.br



Nos termos do art. 30, I e VI, da CF/88, compete ao Município **legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual** no que couber.

A matéria versa sobre **organização administrativa e pedagógica da rede pública municipal de ensino**, inserindo-se, portanto, no âmbito do **interesse local e da execução das políticas educacionais**, cuja gestão é atribuição do ente municipal (art. 211, §2º, CF/88).

No tocante à **iniciativa**, observa-se que o projeto não altera a estrutura administrativa nem cria cargos, funções ou despesas diretas. Cuida-se de norma de **organização pedagógica**, de caráter programático, o que **não invade a reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo** (art. 61, §1º, II, CF/88).

O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a **competência concorrente e a legitimidade do Legislativo municipal para dispor sobre política educacional e condições de trabalho docente**, desde que não haja ingerência na estrutura administrativa ou nas atribuições privativas do Executivo (STF, ADI 4.048/DF, rel. Min. Cármen Lúcia, j. 02/04/2020).

Portanto, **o projeto é formalmente constitucional**.

## 1.2. Constitucionalidade material

O conteúdo da proposição alinha-se aos **princípios constitucionais da educação** (art. 206, CF/88), em especial aos da **valorização dos profissionais do magistério e da garantia de condições adequadas de trabalho**.

O art. 2º, §4º, da Lei Federal nº 11.738/2008 (Lei do Piso Nacional do Magistério) estabelece que **“o tempo destinado às atividades extraclasse corresponderá a, no mínimo, 1/3 da carga horária total do professor”**, o que o PL apenas **complementa e regulamenta em âmbito local**, sem contrariar normas gerais federais.

Logo, **não há vício material de inconstitucionalidade**.

## 2. Legalidade

O projeto observa a legislação de regência (Lei nº 9.394/1996 e Lei nº 11.738/2008) e **não cria obrigações financeiras novas**, apenas **autoriza modalidade de execução das atividades extraclasse**.

A previsão de regulamentação pela Secretaria de Educação é adequada, por se tratar de matéria de natureza técnica e operacional (art. 84, IV, CF/88, aplicado subsidiariamente). Não se verificam ilegalidades.

## 3. Juridicidade







CÂMARA MUNICIPAL DE

**MADALENA**

CONSTRUINDO O FUTURO COM AUTONOMIA E TRABALHO

A proposição está em consonância com o **sistema jurídico vigente**, não havendo conflito com normas hierarquicamente superiores nem usurpação de competência de outro ente federativo.

Do ponto de vista da **finalidade pública**, o projeto busca **melhorar a qualidade da atividade pedagógica e garantir o direito social à educação**, atendendo ao princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF/88).

#### 4. Técnica legislativa

O texto apresenta **clareza e unidade temática**, em conformidade com a **Lei Complementar nº 95/1998**, mas há pequenas **recomendações de aprimoramento formal**:

- Sugere-se substituir “de forma proporcional à jornada de trabalho do(a) profissional do magistério” por “na forma definida em regulamento, observada a proporcionalidade à jornada de trabalho do profissional do magistério”, para maior precisão redacional.
- Recomenda-se uniformizar a terminologia (“profissional do magistério” e “docente”) e evitar repetições desnecessárias.

Com essas adequações, a técnica legislativa estará plenamente compatível com os parâmetros da LC nº 95/1998.

Sugestão de emenda ao § 2º do artigo 1º do presente projeto, aumentando a carga horária de planejamento de 5 horas para até 8 horas:

O § 2º do artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º -Do total do tempo de trabalho pedagógico destinado às atividades extraclasse, parte será cumprida na modalidade de Planejamento Domiciliar Docente (PDD), **em carga horária de até 8h (oito) horas semanais**, a ser definida de forma proporcional à jornada de trabalho do(a) profissional do magistério conforme regulamentação da Secretaria Municipal da Educação”.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 047/2025**, por se mostrar **constitucional, legal e juridicamente adequado**, com observância dos princípios da CF/88 e das normas educacionais federais, e **compatível com a técnica legislativa**, ressalvadas as sugestões de redação supracitadas.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 03 de Novembro de 2025.



(88) 9 82280244



camaramadalenace@gmail.com



www.camaramadalenace.gov.br



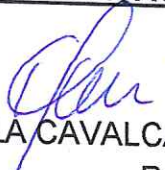
CÂMARA MUNICIPAL DE

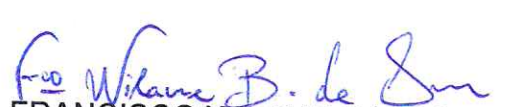
**MADALENA**

CONSTRUINDO O FUTURO COM AUTONOMIA E TRABALHO

1984-1988

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

  
KERLA CAVALCANTE DE ALMEIDA  
Relator



FRANCISCO WILAME BARBOSA DE SOUSA - Presidente

☒ de acordo com o relatório

-

☐ contra o relatório

  
WANDESON PAULINO DA SILVA - Vogal

☒ de acordo com o relatório

-

☐ contra o relatório